

Contabilidade Ambiental: nível de conhecimento dos profissionais contábeis da grande Florianópolis¹

doi: 10.4025/enfoque.v32i1.14303

Alair Martendal

Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis pela
Universidade Federal de Santa Catarina
alairmart@yahoo.com.br

Vivian Osmari Uhlmann

Mestre em Contabilidade pela
Universidade Federal de Santa Catarina
voughlmann@gmail.com

Eleonora Milano Falcão Vieira

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela
Universidade Federal de Santa Catarina
eleonorafalcao@gmail.com

Elisete Dahmer Pfitscher

Doutora em Engenharia de Produção pela
Universidade Federal de Santa Catarina
Professora do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da
Universidade Federal de Santa Catarina
elisete@cse.ufsc.br

Recebido em: 30.07.2011

Aceito em: 22.03.2012

2ª versão aceita em: 17.4.2012

RESUMO

A Contabilidade Ambiental surgiu para auferir os resultados das atividades das empresas que se relacionam com o meio ambiente. Juntamente com um Sistema de Gestão Ambiental, pode incrementar soluções para facilitar o planejamento estratégico em termos da implantação de políticas que visam o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o objetivo deste trabalho consistiu em identificar o nível de conhecimento dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis sobre a Contabilidade Ambiental. Para tanto, adotou-se como procedimento técnico o levantamento, a partir do qual os dados foram coletados com base em uma amostra intencional. As percepções dos entrevistados, acerca do nível de conhecimento detido, foram apuradas por meio da aplicação de questionário estruturado, dividido em duas partes. A primeira parte procurou identificar o perfil do entrevistado, enquanto a segunda parte utilizou-se da escala *Likert* de cinco pontos, objetivando identificar o nível de conhecimento dos contadores a respeito dos principais elementos da Contabilidade Ambiental, que permitem sua aplicação prática junto às empresas. Foi constatado que 71,64% dos contadores não possuem um conhecimento satisfatório das informações que deveriam ter sobre o tema. Verificou-se ainda que apenas 6,71% responderam que possuem conhecimento suficiente ou excelente sobre a Contabilidade Ambiental. Sendo assim, conclui-se que os contadores da Grande Florianópolis não têm um conhecimento satisfatório sobre a Contabilidade Ambiental. Entretanto, a maioria concorda e está ciente que o adequado registro contábil dos eventos ambientais, pode contribuir para um melhor gerenciamento dos recursos aplicados.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Nível de conhecimento. Contadores.

Environmental Accounting: the level of knowledge of professional accounting Florianópolis

ABSTRACT

The Environmental Accounting was created to obtain the results of corporate activities that relate to the environment. Along with an Environmental Management System can facilitate solutions to enhance strategic planning in terms of implementing policies aimed at sustainable development. In this sense, the objective of this study was to identify the level of knowledge of professional accounting of

¹ Artigo apresentado no Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 2010.

Florianópolis on Environmental Accounting. To this end, it was adopted as technical procedure to the survey, from which the data were collected with a purposeful sample. The perceptions of respondents about the level of knowledge held, were cleared through a structured questionnaire, divided into two parts. The first part sought to identify the profile of the interviewee, while the second part we used the five-point Likert scale in order to identify the level of knowledge about the counters of the main elements of environmental accounting, which allows its practical application with the companies. It was found that 71.64% of the counters do not have a satisfactory knowledge of the information that should have on the subject. It was also found that only 6.71% said they have sufficient knowledge or excellent on Environmental Accounting. Thus, we conclude that the counters of Florianópolis not have a satisfactory knowledge on Environmental Accounting. However, the majority agrees and acknowledges that the proper accounting of environmental events, may contribute to a better management of resources applied.

Keywords: *Environmental Accounting. Level of knowledge. Counters.*

1 INTRODUÇÃO

A percepção de que a degradação ambiental acarreta problemas à sociedade e a qualidade de vida na terra vem sendo percebida há algum tempo. Em face do problema, a Constituição do Brasil consagrou o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos, bem de uso comum e essencial a qualidade de vida. Aliado a isso, atribuiu a responsabilidade de sua preservação e defesa, não apenas ao poder público, mas também à coletividade (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Incluindo-se, a atividade empresarial que tem interferência no meio ambiente.

Contudo, esta mesma sociedade que tem o dever de preservar e garantir o bem-estar às presentes e futuras gerações, necessita utilizar recursos advindos do meio ambiente para suas necessidades próprias. Atividades empresariais utilizam os recursos e impactam o meio ambiente de maneira significativa. As intervenções humanas feitas de maneira desordenada resultam na degradação e no declínio da diversidade ecológica, podendo até causar sua extinção. Sendo essa uma ameaça ao desenvolvimento humano, e por isso o manejo sustentável tem atraído cada vez mais atenção e interesse, necessitando os devidos registros também na contabilidade.

De acordo com Sá (2010), é forte a influência que a contabilidade pode exercer no destino das riquezas sociais. O contador em exercício da

profissão tem uma função social junto às empresas e instituições, no sentido de que ao mantê-las sadias cuida também de toda a sociedade. Encontra-se na consciência profissional do contador a responsabilidade de produzir informes e análises que, quando de qualidade, tem condições de dignificar a classe contábil e todo o social.

A contabilidade pode demonstrar o inter-relacionamento entre as empresas e o meio ambiente, como o patrimônio das entidades pode ser afetado em função de sua atuação com o meio ambiente e as ações das empresas para eliminar estas agressões. Ainda, a solução dos problemas de ordem ambiental exige o empenho de cada segmento da sociedade e dos diversos ramos do conhecimento, cada um contribuindo de acordo com suas habilidades práticas (RIBEIRO, 2006).

Neste contexto, Ferreira, Siqueira e Gomes (2009) afirmam que é uma prática comum das empresas omitirem seus passivos ambientais, e os investimentos na prevenção de riscos ao meio ambiente e à saúde. Onde o que se espera é que as empresas que causem danos ao meio ambiente preocupem-se em recuperá-lo e evidenciem informações do seu desempenho ambiental.

Partindo dessas premissas, sabe-se que a contabilidade tem interação com os gestores de empresas. Atuando diretamente nos relatórios e com o adequado conhecimento sobre o assunto,

os profissionais desta área podem contribuir para os investimentos na gestão dos recursos naturais. Onde as motivações e objetivos de investigação geralmente são obter retornos financeiros lucrativos. Salienta-se que para a maioria dos proprietários de empresas, trata-se de um investimento na biodiversidade sustentável, além da preocupação de arrecadar ganho monetário.

Em outras palavras, trata-se de uma decisão tanto de cunho financeiro, quanto ético-social, estando os contadores diretamente envolvidos nestas decisões e mensurações dos ativos investidos para a obtenção do retorno esperado pelos gestores. Até mesmo dos investimentos nesta área que visam tão somente à preservação da diversidade, sem buscar retorno econômico, mas que representam a visão da empresa sobre o meio ambiente. Desta forma, a contabilidade não pode ignorar os problemas ambientais, porque ela forma um elo entre as empresas e a comunidade. Com isso, colaborando com os gestores na implantação das variáveis ambientais nas suas decisões estratégicas.

Os relatórios fornecidos pela contabilidade ambiental, juntamente com o sistema de gestão ambiental adequado, auxiliam os gestores a tomarem decisões benéficas à organização, sendo assim, considerando as questões ambientais de forma estratégica, mudando suas concepções. Desta forma, este estudo discute a atuação e o conhecimento dos contadores neste processo de gestão e normas acerca da contabilidade ambiental.

Desta maneira, propõe-se como pergunta de pesquisa: qual o nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade da Grande Florianópolis sobre a Contabilidade Ambiental?

Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em identificar o nível de conhecimento dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis sobre a Contabilidade Ambiental. No que concerne aos objetivos específicos busca-se: delimitar o significado de terminologias específicas à Contabilidade Ambiental; identificar instrumentos de Gestão Ambiental que possam

ser aliados a Contabilidade Ambiental; e, verificar as instituições que oferecem disciplinas, bem como conteúdos sobre Contabilidade e Gestão Ambiental na Grande Florianópolis.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Como ciência a contabilidade apresenta condições, por sua forma sistemática de registro e controle, de contribuir de forma positiva no campo de proteção ambiental, com dados econômicos e financeiros resultantes das interações de entidades que se utilizam da exploração do meio ambiente. Especificamente, tal conjunto de informações é chamado de contabilidade ambiental. Sendo esta, uma ramificação da contabilidade social. Segundo Ribeiro (2006), a contabilidade é a ciência que tem como função identificar, mensurar e informar os recursos alocados pelas entidades, além dos eventos econômicos que afetam ou poderão afetá-la, com o objetivo de satisfazer às necessidades informativas para a tomada de decisão.

Considerando a história das ciências contábeis, a contabilidade ambiental pode ser considerada recente. Assim como a preocupação de identificar e registrar os eventos contábeis da interação das empresas e o meio ambiente. Ela consiste em um instrumento para a gestão ambiental. Dentro desse contexto, Tinoco e Kraemer (2008) sustentam que a contabilidade ambiental objetiva-se a evidenciar e espelhar a relação das empresas com o meio ambiente. Entretanto, a preocupação atual não se limita às empresas, repercute em toda a sociedade.

Para Ribeiro (2006) os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental.

A informação contábil deve abranger os investimentos realizados, seja na compra de bens permanentes, nas despesas do exercício em curso ou nas

obrigações contraídas em prol do meio ambiente, como também as medidas empreendidas para sua recuperação e preservação. (RIBEIRO, 2006)

Segundo Paiva (2009), há três condições essenciais para o reconhecimento do passivo, que se relacionam com as obrigações legais, justas ou construtivas. As legais, como o próprio nome diz, são relacionadas ao cumprimento da lei ou decisão jurídica aplicada à empresa; as justas, são obrigações relacionadas à moral ou à ética da empresa; e as construtivas, são atividades desenvolvidas na cidade auxiliando na educação ambiental da comunidade entre outras atividades.

Já as receitas ambientais decorrem, conforme Tinoco e Kraemer (2008), de prestação de serviços especializados em gestão ambiental; venda de produtos elaborados de sobras de insumos com o processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matérias-primas; redução do consumo de água; redução do consumo de energia; participação no faturamento total da empresa com o reconhecimento de sua responsabilidade com o meio ambiente, considerando, também, o ganho de mercado que a empresa adquire no momento de reconhecimento da opinião pública sobre sua política preservacionista, dando preferência a seus produtos

2.2 GESTÃO AMBIENTAL

Numa visão generalista, a gestão ambiental pode ser definida como o processo de alocação dos recursos naturais de modo a otimizar a sua utilização no atendimento às necessidades humanas básicas, se possível por um período indeterminado e com o mínimo de impactos negativos ao meio ambiente (de BEER; FRIEND, 2006).

As crescentes exigências dos mercados e as aparentes ameaças da legislação ambiental podem ser fonte de maior competitividade, de inovação, de implementação de novas técnicas de gestão e melhoria de processos, de produtos e serviços.

Gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no meio ambiente por suas atividades. (TINOCO; KRAEMER, 2008, p.114)

Segundo Barbieri (2006), os sistemas de gestão ambiental referem-se a ferramentas ou meios para alcançar objetivos específicos em matéria ambiental, e compreendem: auditoria ambiental, sistema de gestão ambiental, relatórios ambientais, rotulagem ambiental, estudos de impacto ambiental, entre outros.

O sistema de gestão ambiental requer além do comprometimento por parte da administração e dos proprietários, um grau de envolvimento que facilite a integração das áreas da empresa, permitindo a disseminação das preocupações ambientais entre funcionários, fornecedores, prestadores de serviços e clientes. (BARBIERI, 2006).

Assim sendo, a gestão ambiental faz parte de um processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação. E assim contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e fomentando atitudes eficientes frente às questões ambientais e sociais.

2.3 ALGUMAS QUESTÕES EMERGENTES NA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Algumas questões que dizem respeito à recuperação do meio ambiente ou incentivos para a sua preservação, ainda são pouco conhecidas ou não são tratadas de maneira uniforme na contabilidade. Como exemplo, os fundos de recuperação ambiental, o crédito carbono e os incentivos do ICMS ecológico.

A Resolução do CFC (2010) aprova e condiciona a contabilização dos direitos a participações

decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental, decorrendo a respeito da seguinte forma:

A finalidade dos fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental, doravante referidos como “fundos de desativação” ou “fundos”, é segregar ativos para custear alguns ou todos os custos de desativação de fábricas (como usina nuclear) ou determinados equipamentos (como veículos) ou de reabilitação ambiental (como despoluição de águas ou restauração de terreno contaminado), referidos conjuntamente como “desativação”. (RESOLUÇÃO CFC N.º 1.288/10).

Através da contabilidade o contribuinte deve reconhecer sua obrigação de pagar gastos de desativação como passivo, registrar os seus eventos e divulgar a participação nestes Fundos.

Outro fator que exige o conhecimento dos contadores, diz respeito aos créditos de carbono. De acordo com o Protocolo de Quioto (2005), um tratado internacional que determina metas de redução de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e estimula o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis. Empresas que conseguem diminuir a emissão de gases poluentes obtêm estes créditos, podendo vendê-los nos mercados financeiros nacionais e internacionais. Crédito de Carbono é então, uma espécie de moeda ambiental, que pode ser conseguida por diversos meios, tais como, projetos que absorvam GEE da atmosfera, reflorestamento, ou o uso de energia limpa renovável.

Segundo Rocha (2003), estes créditos de carbono são considerados *commodities*, especificando como *commodities* ambientais (mercadorias negociadas com preços estabelecidos pelo mercado internacional). Desta forma, devem ser mensurados de maneira adequada pela contabilidade. Por outro lado, Ferreira, Siqueira e Gomes (2009) comentam que algumas correntes de pensamento entendem que tem características de derivativo enquanto outros entendem que é serviço prestado. Consequentemente tem a contabilização diferente e como resultado uma valorização diferente para a empresa.

Ribeiro (2005), assere que os créditos de carbono, atendem a definição de um ativo intangível e atribui-se à contabilidade a finalidade de fornecer informações acerca dos impactos contábeis que os créditos de carbono provocam no patrimônio da empresa.

Muitas das perspectivas adotadas para o mercado de créditos de carbono no Brasil prevêem um aumento no volume de recursos transacionados. Como consequência, os profissionais da área contábil precisam estar preparados para outorgar o tratamento adequado a este novo instituto. Nada obstante, a ausência de estudos mais aprofundados acerca do tema contribuiu de forma significativa para o surgimento de uma sucessão de especulações a respeito do correto tratamento dos créditos de carbono em nosso ordenamento contábil. (UHLMANN, 2008, p. 52)

De acordo com Uhlmann (2008), A definição entre as possíveis formas de contabilização dos créditos de carbono é de caráter estratégico para a empresa, como variável importante nas decisões para investimentos socioambientais.

No tocante as políticas públicas de incentivo a incorporação de aspectos relativos à proteção ambiental, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico é um exemplo. O ICMS Ecológico foi criado com a intenção de compensar perdas de recursos tributários.

De acordo com Loureiro (2007), ICMS Ecológico é a denominação para os critérios de caráter ambiental, usados para estabelecer o percentual de cada município de um determinado Estado tem direito de receber quando do repasse da quota-parte do ICMS.

Sobre este assunto, a CF (1988) e o Código Tributário Nacional (CTN), sujeito a Regulamentação em cada Estado da Federação, define que uma cota-parte do ICMS, sujeito à distribuição pelo Estado aos municípios, seja delegada de acordo com a existência de unidades de conservação, devidamente registradas e regulamentadas, dentro dos limites municipais. Desta forma, contribuindo para o

crescimento sustentável através da contraprestação econômica.

De acordo com Uhlmann, Rossato e Pfitscher (2010), o ICMS Ecológico é uma ferramenta auxiliar a gestão socioambiental, não se trata de um novo tributo, mas sim da maneira como este é distribuído, esta foi uma maneira encontrada para incentivar Municípios que tem parte do seu território restrito ao uso, por conterem mananciais de abastecimento público para municípios vizinhos e ou por possuírem Unidades de Conservação. Cabendo à classe contábil conhecer as particularidades e mensurar os recursos destas atividades.

No âmbito dos relatórios de sustentabilidade, destaca-se o modelo da *Global Reporting Initiative* – GRI. O objetivo desta organização é transformar a evidenciação do desempenho nas vertentes econômica, social e ambiental em uma prática rotineira das organizações a nível mundial, ou seja, adotar um modelo padrão internacional. Cabe salientar que o modelo proposto pela GRI é dividido em seis categorias de indicadores, quais sejam: de Desempenho Econômico; do Meio Ambiente; de Práticas Trabalhistas e Desempenho Decente; de Direitos Humanos; Sociais; e de Responsabilidade pelo Produto (GODOY et al., 2007).

3 METODOLOGIA

Quanto ao enquadramento metodológico, define-se esta pesquisa como sendo de natureza exploratório-descritiva. De acordo com Gil (2002), as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, onde são investigados os autores e a literatura disponível que podem dar suporte a pesquisa. Ainda segundo este autor, este tipo de pesquisa tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, a fim de instigar o aprofundamento do tema tratado. E as pesquisas descritivas procuram descrever as características de determinada população ou fenômeno.

Sobre os procedimentos empíricos utilizados no trabalho, empregaram-se os mecanismos de

levantamento ou pesquisa de campo que busca as informações diretamente numa amostra da população estudada. As percepções do entrevistado sobre o nível de conhecimento acerca da contabilidade ambiental foram apuradas através de questionário. De acordo com Gil (2002), define-se o questionário como uma técnica de investigação composta por um número de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas.

Para a pesquisa, utilizou-se um questionário estruturado, realizou-se um levantamento, também denominado *Survey*, onde se coletaram os dados por meio da aplicação de um questionário. O questionário foi dividido em duas partes, sendo a primeira parte com 5 (cinco) perguntas, com o intuito de identificar o perfil do contador entrevistado. Já a segunda parte, é composta de 13 (treze) perguntas para averiguar o conhecimento dos profissionais contábeis sobre a Contabilidade Ambiental, das quais, 12 (doze) perguntas foram elaboradas utilizando-se da escala *Likert* de cinco pontos, indo do mais positivo (5) para o mais negativo (1). Nestes questionamentos, o entrevistado deveria optar entre as respostas ‘insuficiente’, ‘pouco suficiente’, ‘regular’, ‘suficiente’ ou ‘excelente’, segundo o seu nível de conhecimento sobre o tema abordado. Apresentou-se, ainda, uma pergunta em aberto sobre o interesse pessoal no tema.

A trajetória metodológica divide-se em três fases distintas, sendo: fundamentação teórica, delineamento do levantamento dos dados, e por último, análise dos resultados obtidos com o estudo.

Na primeira fase compilaram-se assuntos referentes ao tema abordado e que serviram de base para a elaboração do questionário aplicado aos contadores; tais como, Contabilidade Ambiental, ativos e passivos ambientais, gastos ambientais, receitas ambientais, balanço sócio ambiental e notas explicativas ambientais. Apontam-se ainda, aspectos de Gestão Ambiental, GRI, impactos ambientais, EIA, RIMA e algumas questões emergentes em

Contabilidade Ambiental, normatização, *Marketing* e *Benchmarking* Ambiental.

Quanto à segunda fase, o delineamento do levantamento dos dados, compreende o levantamento, ou pesquisa de campo, através de questionário aplicado a uma amostra intencional junto aos contadores da Grande Florianópolis.

Na terceira e última fase, mostra-se a análise dos resultados, obtidos através da fase anterior; apresenta-se a percepção do nível de conhecimento dos contadores pesquisados.

Dentro de um universo composto pelos contadores dos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, que compõe a Grande Florianópolis, a amostra limitou-se a contemplar indivíduos que, atualmente, atuam na área contábil. Esta lista foi levantada por uma das pesquisadoras, que trabalha em uma empresa de Consultoria especializada para contadores, que tem estes profissionais como clientes, sendo que os nomes puderam ser confirmados no site do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina, por meio de consulta ao registro do profissional.

A pesquisa foi realizada durante os meses de setembro e outubro de 2010, com uma amostra dos contadores atualmente no exercício da profissão, atuando em escritórios contábeis ou diretamente nas empresas. O questionário foi enviado via email para 140 profissionais, dos quais 32 responderam. Ainda aplicado pessoalmente a mais 10 contadores, obtendo assim a quantidade de 42 respostas. Ou seja, um percentual de 28% dos questionários aplicados.

Quanto ao perfil dos participantes do estudo, não é realizada nenhuma restrição quanto à idade, sexo, função ou área exercida dentro da profissão contábil.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem por finalidade apresentar os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa, assim como as análises e

interpretações pertinentes ao conhecimento que os contadores da Grande Florianópolis têm acerca da contabilidade ambiental.

4.1 PERFIL DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS PESQUISADOS

Na primeira parte do questionário pôde-se verificar que o grupo de respondentes da pesquisa consistiu em contadores formados em diferentes períodos, desde recém-formados até formados há vinte e oito anos.

Com relação à instituição de ensino superior onde foi realizado o curso, 47,62% cursaram faculdade particular, enquanto que 52,38% cursaram faculdade pública, conforme mostra a Tabela 1:

Tabela 1 - Instituição da formação dos contadores

Pergunta	Respostas	
2 - Formou-se em Instituição de ensino particular ou pública?	Particular	Pública
	47,62%	52,38%

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Quanto à disciplina de contabilidade ambiental, perguntou-se aos contadores se cursaram esta disciplina ou a de gestão ambiental ao longo da sua trajetória acadêmica. Verificou-se que na amostra pesquisada, apenas dois contadores cursaram as disciplinas de contabilidade ambiental ou gestão ambiental, representando, desta forma, 4,76% dos profissionais. Ao passo que 95,24% não cursaram nenhuma das referidas disciplinas. A fim de ilustrar a quantidade de contadores que cursaram estas disciplinas (Figura 1).

A justificativa citada por alguns dos contadores que não cursaram a disciplina de contabilidade ou gestão ambiental é a de que quando se formaram não era ofertada a referida disciplina ou por que essa era optativa. Desta forma, não se dava a devida relevância ao tema. Cabe salientar que os dois contadores que cursaram a disciplina formaram-se em instituição pública. Estes casos são estudados no item 4.3.

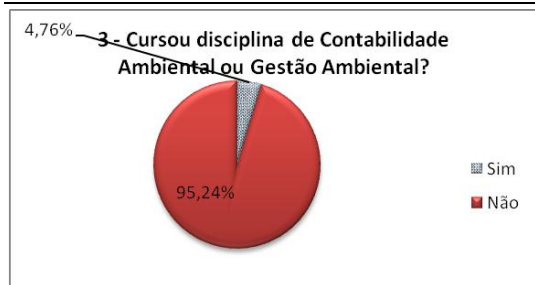


Figura 1 - Contadores que cursaram disciplina de Contabilidade ou Gestão Ambiental

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Buscando identificar o interesse do contador e o preparo para contribuir com informações no âmbito da Contabilidade Ambiental para os gestores das empresas, perguntou-se ainda sobre a participação em eventos e congressos na área e sobre o contato com materiais sobre o tema em questão, conforme ilustrado na Figura 2.

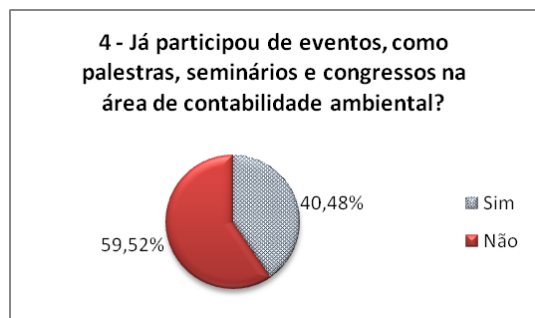


Figura 2 - Contadores que participaram de eventos na área de Contabilidade Ambiental

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Perguntou-se ainda, se o entrevistado já teve contato com materiais, livros ou revistas a área de Contabilidade Ambiental. Conforme os dados obtidos, 66,67% dos contadores já tiveram contato com a área através da leitura do tema, enquanto que 33,33% ainda não tiveram contato com materiais sobre a contabilidade ambiental. Conforme demonstrado na Figura 3 o número de contadores que leram a respeito da temática ambiental é maior que os que os que não buscaram informações.

Cabe salientar que embora o número de contadores que já leram sobre o tema seja maior

do que os que cursaram a disciplina e dos que participaram em eventos, ainda há uma parcela de contadores que sequer fizeram uma leitura sobre a Contabilidade Ambiental. Os contadores não foram questionados sobre as razões para a falta desta leitura. No entanto, parece evidente que os materiais sobre a contabilidade ambiental ainda não se encontram disseminados entre a maioria dos profissionais contábeis em exercício da profissão.

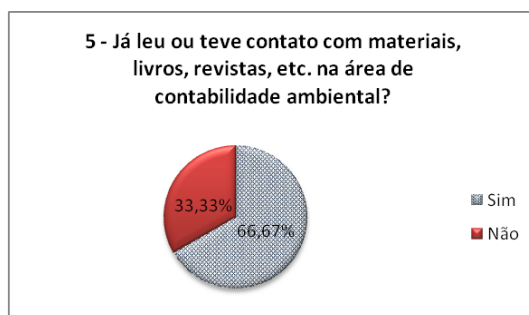


Figura 3 – Contadores que tiveram algum contato com materiais na área de Contabilidade Ambiental

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

No questionário não foram feitas perguntas sobre a idade ou sexo, por não se julgar relevante para se alcançar o objetivo do estudo.

Deste modo, as respostas da primeira parte do questionário apontaram que apenas dois, dos quarenta e dois entrevistados, cursaram disciplina de Contabilidade ou Gestão Ambiental, e vinte e oito já tiveram algum tipo de contato com materiais da área. Em seguida, analisa-se a segunda parte do questionário, onde foram feitas treze perguntas sobre a Contabilidade Ambiental e assuntos relacionados à área, visando identificar o nível de conhecimento por parte dos contadores.

4.2 NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS CONTADORES SOBRE A CONTABILIDADE AMBIENTAL

Visto que a Contabilidade Ambiental pode ser aliada da Gestão Ambiental, registra os fatos e fornece os relatórios para a melhor tomada de decisão dos gestores das entidades, como primeira questão da segunda parte do

questionário, perguntou-se quais das ferramentas de Gestão Ambiental são conhecidas pelos contadores pesquisados. Já que, segundo Dias (2006), a empresa que adotar um sistema desses pode contar com meios de melhor apropriação de custos e alocação de recursos disponíveis, além de adicionar valor visando à vantagem competitiva mediante o seu

público alvo que opta por produtos de empresas ambientalmente responsáveis.

As respostas evidenciam que ainda são poucas as ferramentas de Gestão Ambiental conhecidas pela maioria dos contadores, conforme demonstrado no Quadro 1.

01 - Quais das ferramentas de gestão ambiental o(a) senhor(a) conhece? Obs. Somente nesta questão pode selecionar mais de uma opção ou nenhuma.	
Ferramentas de Gestão Ambiental	Respostas
SGA – Sistema de Gestão Ambiental	6
EA – Estudos Ambientais	7
ACV – Avaliação do Ciclo de Vida	0
EIA – Estudos dos Impactos Ambientais	17
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental	14
RA – Rotulagem Ambiental	1
GRA – Gerenciamento de Riscos Ambientais	10
EAE – Educação Ambiental Empresarial	9
Nenhuma.	9

Quadro 1 - Ferramentas de gestão ambiental conhecidas pelos contadores

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Dos quarenta e dois entrevistados, dezessete registram conhecer o EIA – Estudo dos Impactos Ambientais e quatorze o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental, sendo portanto, as ferramentas de Gestão Ambiental mais conhecidas pelos contadores. De outro lado, nove contadores não conhecem nenhuma Ferramenta de Gestão Ambiental. Chama atenção o fato de apenas um contador conhecer o RA – Rotulagem Ambiental e nenhum conhecer o ACV – Avaliação do Ciclo de Vida, segundo a ABNT, esta é uma ferramenta essencial para a identificação dos impactos ambientais de um produto, desde a retirada da natureza das matérias primas que virão a formá-lo, passando pelos transportes necessários, pelos

processos de produção, pelo uso dos consumidores durante sua vida útil, até seu descarte final. Visto que constituem fatores que podem fazer parte da política ambiental de qualquer empresa e os registros contábeis podem mensurar os investimentos e retornos obtidos.

A seguir, na segunda pergunta, questionou-se qual o nível de conhecimento dos contadores sobre as ferramentas, EIA – Estudo dos Impactos Ambientais e RIMA – Relatório de Impacto Ambiental, ficando claro que muitos conhecem superficialmente o assunto ou desconhecem totalmente. Conforme demonstrado na Figura 4.

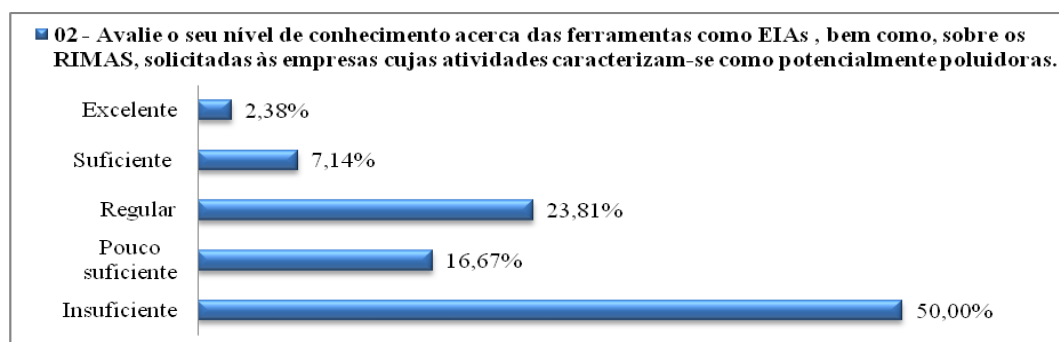


Figura 4 - Nível de conhecimento das ferramentas de gestão ambiental EIA e RIMA

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Dos quarenta e dois entrevistados, 50% consideram o nível de conhecimento sobre o tema em questão como insuficiente, 23,81% como regular e apenas 2,28% considera o nível de conhecimento como excelente.

Na questão seguinte, perguntou-se qual o nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do Balanço Social. Lembrando que o Balanço Social abrange, também, as informações de cunho ambiental. Conforme a Figura 5.

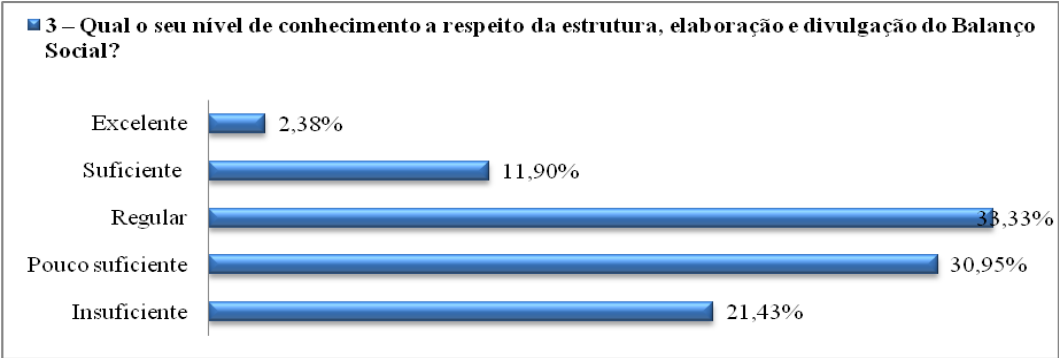


Figura 5 - Nível de conhecimento a respeito do Balanço Social

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

As respostas obtidas mostraram que são poucos os contadores que conhecem os procedimentos necessários para a elaboração e divulgação deste relatório socioambiental.

Verificou-se que 21,43% dos entrevistados não possuem conhecimento suficiente, 30,95% têm conhecimento pouco suficiente e o maior percentual tem conhecimento regular, com 33,33% dos entrevistados. Apenas cinco contadores têm conhecimento suficiente e um excelente. Assim, do total de entrevistados, apenas 14,28% responderam que têm o conhecimento necessário para elaborar e poder

prestar as informações sobre o Balanço Social.

Na quarta questão, apresentada na Figura 6, perguntou-se sobre o conhecimento dos contadores sobre os Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental, cujas orientações para a contabilização já foram regulamentados pelo CFC. Verificou-se que todos os pesquisados optaram entre as alternativas, insuficiente, pouco suficiente ou regular para esta questão, demonstrando que ainda não aplicam ou não conhecem os requisitos para mensurar contabilmente estes fatos.

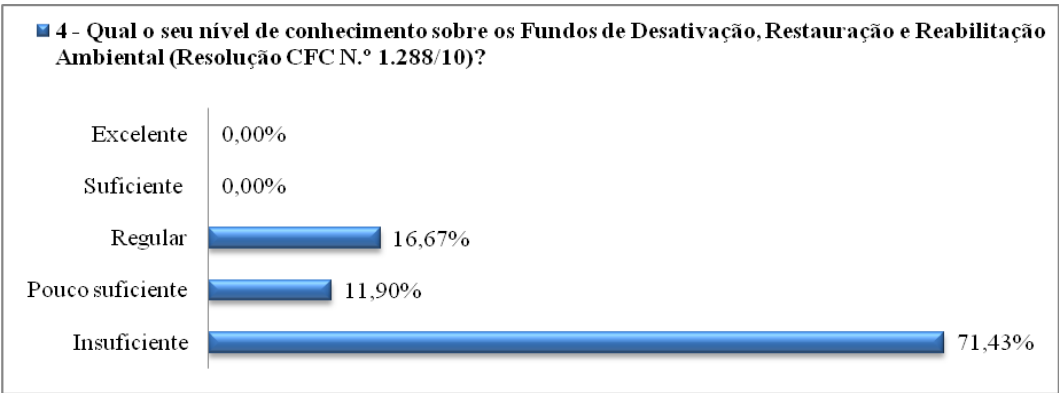


Figura 6 - Nível de conhecimento da Resolução CFC número 1.288/10

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Embora a Resolução possa ser considerada recente, pode-se afirmar que nem todos os contadores acompanham todas as atualizações da legislação pertinente à Contabilidade Ambiental, visto que 71,43% responderam possuir conhecimento insuficiente, enquanto que 11,90% declararam ter conhecimento pouco suficiente e 16,67% conhecimento regular. E nenhum contador apontou possuir conhecimento

suficiente ou excelente sobre o tema.

A quinta questão trata da mensuração dos gastos para gerenciar os impactos causados pelas atividades das empresas ao meio ambiente, já que o impacto ambiental pode ser positivo (trazer benefícios) ou negativo (adverso), e pode proporcionar ônus ou benefícios sociais, conforme a Figura 7.

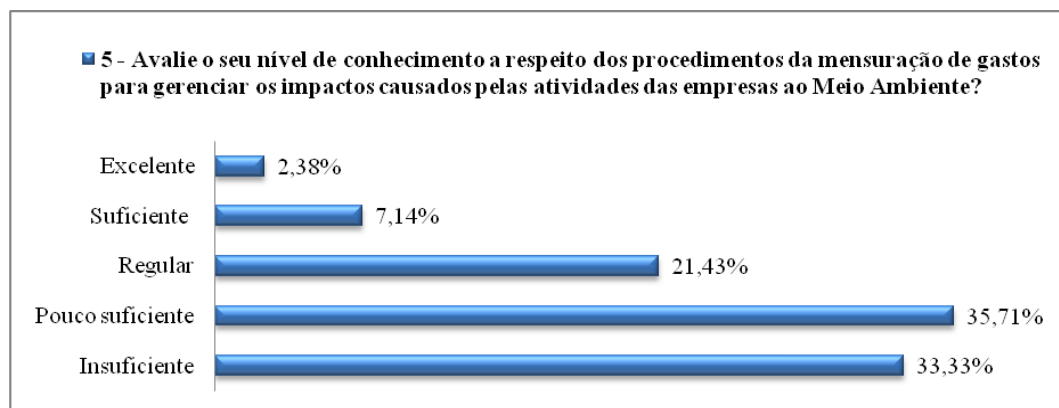


Figura 7 - Conhecimento da mensuração dos gastos para gerenciar os impactos ambientais

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Também nesta questão fica evidente o pouco conhecimento do contador, já que 33,33% responderam que seu conhecimento é insuficiente e 35,71% responderam que o conhecimento é pouco suficiente, o que representa 69,06% de contadores que não possuem o conhecimento necessário para as informações acerca dos impactos causados pela empresa ao meio ambiente. Verificou-se que

21,43% responderam que tem o conhecimento regular, 7,14 responderam que tem conhecimento suficiente e 2,38% responderam que têm o conhecimento excelente.

Na sexta e sétima perguntas, onde se indagava sobre a mensuração de Ativos e Passivos Ambientais, obteve-se resposta similar em ambas, conforme ilustrado na Figura 8.

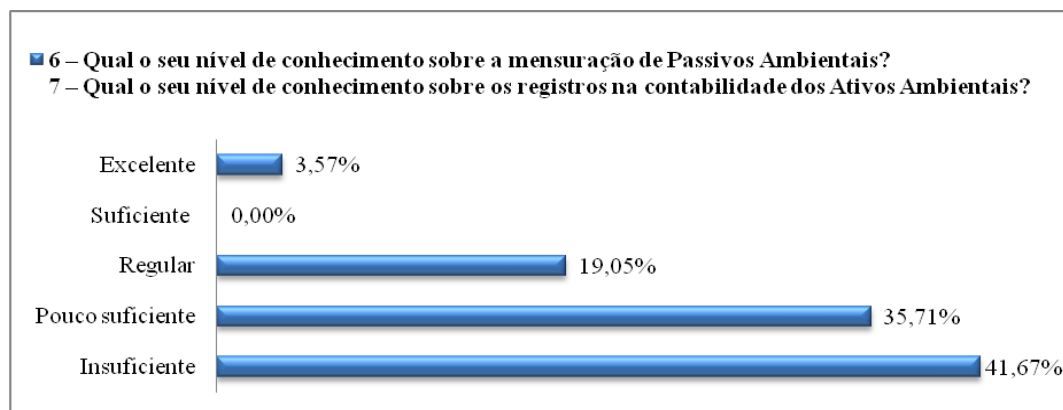


Figura 8 - Conhecimento da mensuração de Passivos e Ativos Ambientais

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Verificou-se, portanto, que poucos contadores possuem conhecimento suficiente sobre o registro de Ativos e Passivos Ambientais que uma quantidade significativa, 41,67% e 35,71% dos contadores possui conhecimento insuficiente e pouco suficiente sobre as mensurações de Ativos e Passivos Ambientais, respectivamente.

Na oitava pergunta, questionou-se sobre a destinação e reciclagem de resíduos. Observou-se

que os contadores demonstram estarem atentos a estas questões, já que seu conhecimento foi tido como regular, suficiente ou excelente. Verificou-se que embora haja 21,43% que não possuem conhecimento sobre o tema, o nível de conhecimento a respeito dos aspectos tratados nesta questão aumentou, haja vista que a quantidade de contadores que tem o conhecimento suficiente foi de 16,67% e excelente de 2,38%. Conforme demonstrado a seguir na Figura 9.

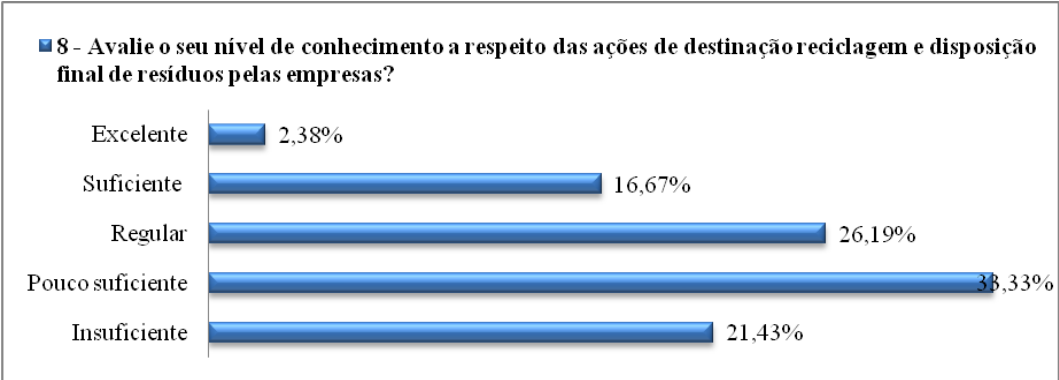


Figura 9 - Conhecimento sobre a destinação e reciclagem de resíduos
Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Constatou-se que a destinação e reciclagem de resíduos teve um aumento de conhecimento por parte dos contadores entrevistados.

Na nona e décima perguntas, que tratam sobre as questões emergentes na Contabilidade Ambiental, as respostas foram iguais para as

duas perguntas, investigou-se sobre o nível de conhecimento acerca dos créditos de carbono e a legislação e funcionalidade do ICMS Ecológico, sendo que, mais uma vez, a carência de informações predominou entre os respondentes. Para ilustrar o cenário, segue a Figura 10.

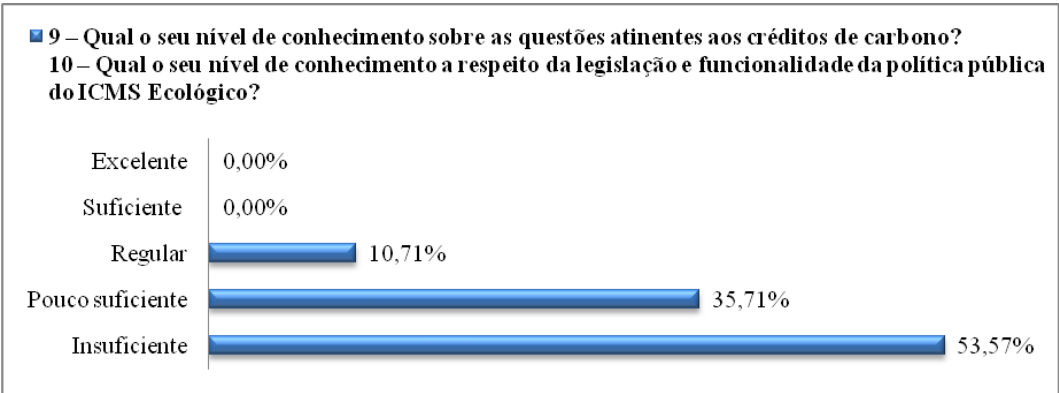


Figura 10 - Conhecimento sobre os Créditos de Carbono e as funcionalidades do ICMS Ecológico
Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Verificou-se que grande parte dos respondentes possui pouco ou nenhum conhecimento sobre as questões atinentes aos créditos de carbono e ao ICMS Ecológico.

Na décima primeira pergunta, foi medido o conhecimento dos contadores acerca das

vantagens competitivas da empresa por meio da implantação operacional da variável ambiental em sua gestão, utilizando-se do *marketing* ambiental. Novamente o número de respondentes que demonstraram desconhecimento é expressivo, conforme demonstrado na Figura 11.

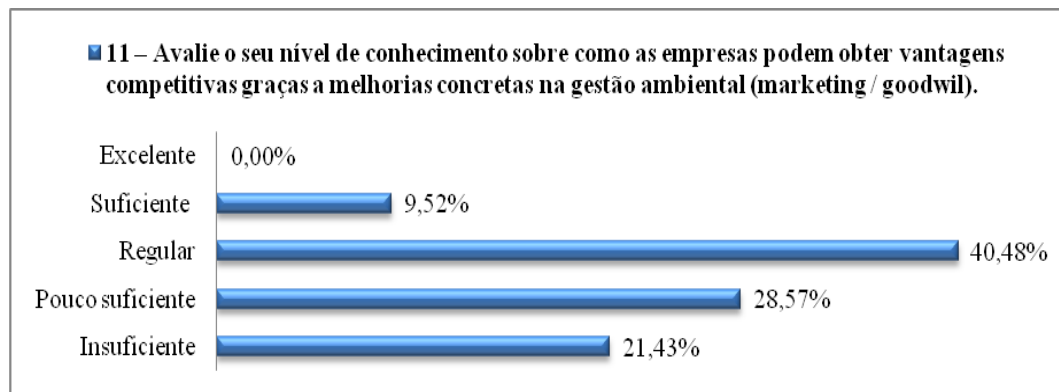


Figura 11 - Conhecimento sobre o Marketing Ecológico

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Obteve-se um resultado com um pouco mais de conhecimento sobre como obter vantagens competitivas através de melhorias na Gestão Ambiental, como o desenvolvimento do *Marketing* Ecológico, com um número maior de respondentes (40,48%) da opção regular e 9,52% conhecem o suficiente sobre o assunto.

Na décima segunda questão, investigou-se sobre o nível de conhecimento dos contadores sobre a definição e diretrizes da norma ISO 14.000. O nível de conhecimento considerado satisfatório foi menor, representando apenas 4,76% dos respondentes, conforme a Figura 12.

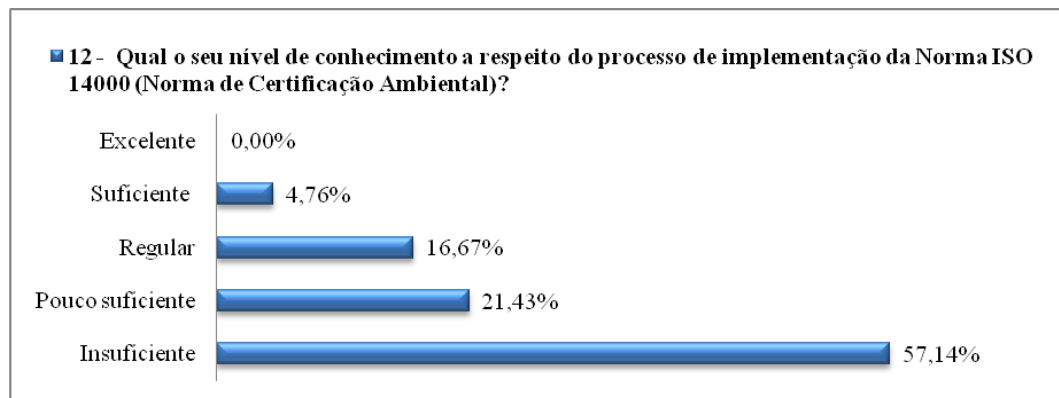


Figura 12 - Conhecimento sobre a Norma ISO 14.000

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Os contadores que possuem conhecimento regular foi de 16,67%. Já 21,43% e 57,14% responderam ter conhecimento pouco suficiente ou insuficiente respectivamente. Ainda que o

tema seja de grande importância no âmbito empresarial com perspectivas de atitudes ambientalmente saudáveis, tipo de informação que pode ser utilizada no *marketing* de seus

produtos e registrada na contabilidade.

Na décima terceira, e última pergunta, buscou-se verificar a opinião dos contadores sobre a contribuição da Ciência Contábil para a sustentabilidade e Gestão Ambiental. Nesta questão a maioria respondeu que está ciente que a contabilidade tem muito a contribuir, por ser uma ciência que permite registrar os eventos monetários e não monetários. Embora não conheçam bem a Contabilidade Ambiental, reconhecem que este ramo da Contabilidade está em ascensão, e a demanda por

profissionais qualificados no mercado é crescente, principalmente diante da atual discussão sobre o desenvolvimento sustentável, conforme respaldo das respostas apresentadas a seguir. Haja vista que é através das ferramentas da contabilidade que o gestor poderá buscar informações econômico-financeiras da empresa.

Neste sentido, foram extraídas, de forma literal, algumas respostas dadas ao referido questionamento, as quais se encontram dispostas no Quadro 2.

Como o(a) senhor(a) avalia a contribuição da Ciência Contábil para a Sustentabilidade e Gestão Ambiental?

(Respostas numeradas pela ordem do recebimento da resposta do entrevistado)

11 - "Por se tratar de uma ciência que tem como objeto o patrimônio das entidades em seus aspectos qualitativos e quantitativos, a Ciência Contábil tem papel fundamental no processo de gestão ambiental e sustentável ao dispor de ferramentas capazes de mensurar os ativos e passivos que os impactos ambientais podem trazer às entidades e à sociedade com um todo. Por estar lastreada em princípios estabelecidos, a contabilidade apresenta condições, por sua forma sistemática de registro o controle dos atos e fatos ambientais, uma vez que, atualmente há uma consciência cada vez mais disseminada sobre a crescente escassez de recursos naturais e degradação da natureza."

14 - "Economia sustentável e gestão ambiental estão intrinsecamente ligadas. Tratando-se de fatos de economia e gestão, fatalmente há que se valer da contabilidade como ciência para o seu registro, pois nada se realiza sem investimento, passando pela mensuração de custos, para se atingir resultados. Outro ponto importante nesta evolução é a questão dos benefícios fiscais e sociais, com legislação própria, sinalização com redução de carga tributária e reconhecimento/aceitação de produtos ecologicamente corretos. Todas estas questões, inevitavelmente, passam pela contabilidade e vão exigir cada vez mais de seus profissionais demonstrações de conhecimento, pois contabilidade não é só registro, mas sim, informação."

32 - "A Ciência Contábil pode contribuir e muito para gestão ambiental nas empresas. Os órgãos de defesa do meio ambiente com o apoio do Governo Federal deveriam investir em meios de capacitação e divulgação de programas junto as empresas, seus dirigentes e contadores para mostrar a importância de ter na empresa um programa voltado a contribuir com a preservação do meio ambiente. O que se vê na prática hoje é que somente as grandes organizações tem estrutura e capacitação para desenvolver tais projetos. Trabalho com micro e pequenas empresas e junto a elas o Governo não direciona nenhuma política de relacionamento para mostrar o benefício da implementação de ferramentas de gestão ambiental."

Quadro 2 - Avaliação da contribuição da Ciência Contábil para a Sustentabilidade e Gestão Ambiental

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Ainda que os contadores estejam cientes que a Contabilidade Ambiental é importante e pode contribuir para a Gestão Ambiental das empresas, a maioria não possui o conhecimento satisfatório sobre o tema. Entretanto, como pode ser notado nas palavras do entrevistado número dezoito, “após o responder a este questionário, nos faz pensar cada vez mais na importância em buscarmos mais informações sobre a contabilidade ambiental [...]”.

Embora haja interesse, o conhecimento possuído é

insuficiente, conforme se verifica na resposta do entrevistado vinte e quatro, “vejo que é algo que começa a tomar forma e relevância, devido aos problemas que o mundo enfrenta com o meio ambiente. Entendo que a Ciência Contábil pode contribuir muito para a sustentabilidade, uma vez que o contador ao ter conhecimentos múltiplos, pode sim, ajudar nas tomadas de decisão, de gerenciamento, de logística, de custos, etc.”

Outras respostas ao tema aferem que a Contabilidade Ambiental contribui para a

conscientização em torno de ações responsáveis pelos gestores perante o meio ambiente, além de agregar valor às entidades e à própria contabilidade. Como responde o entrevistado sete, "Tendo a contabilidade como instrumento de tomada de decisão, temos uma grande vantagem para aprimorar esse processo que visam o gerenciamento relacionado ao meio que a empresa está instalada. Dando suporte, inclusive, para os usuários externos avaliarem o desempenho econômico, social e financeiro em relação ao meio ambiente."

E, também, o entrevistado quarenta e um aponta a relevância da Contabilidade Ambiental, "a importância da Ciência contábil para a sustentabilidade da gestão ambiental está diretamente ligada e focada na gestão ambiental no sentido de evidenciar a aplicação dos

recursos que determinado cliente disponibilizou de forma direta ou indireta ao meio ambiente e também no auxílio direto quanto aos incentivos fiscais que a empresa pode se beneficiar". Desta forma, salienta-se que a pesquisa alcançou o objetivo de fomentar o interesse nos contadores em adquirir mais informações a respeito do tema.

Por fim, fez-se o cálculo de todas as respostas para verificar o nível de conhecimento dos contadores sobre o tema apresentado na segunda parte do questionário, nas perguntas acerca da Contabilidade Ambiental, bem como, sobre alguns aspectos da Gestão Ambiental. Com a finalidade de averiguar o preparo dos contadores para contribuir com os gestores, com informações e relatórios para a tomada de decisão. Para ilustrar o cenário, segue a Figura 13.

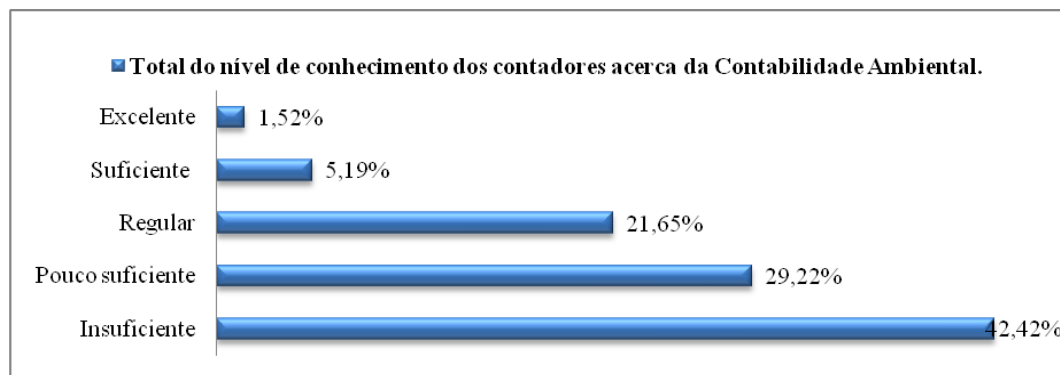


Figura 13 - Nível de conhecimento dos contadores acerca da Contabilidade Ambiental

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Quando analisado o quantitativo total de conhecimento dos contadores entre todas as perguntas feitas, verificou-se que 21,65% responderam conhecer regularmente o tema e apenas 6,71% responderam que possuem conhecimento suficiente e excelente sobre a Contabilidade Ambiental. As respostas apontaram que a maioria, sendo 42,42% e 29,22%, optaram entre as alternativas insuficiente e pouco suficiente respectivamente. Desta forma, verificou-se que 71,64% possuem conhecimento insatisfatório sobre a Contabilidade Ambiental, para poder prestar as informações e sugerir a contabilidade Ambiental nas empresas, para as quais prestam serviço.

Cabe salientar, que embora a maioria dos contadores não possua conhecimento satisfatório sobre o tema em questão, grande parte demonstrou estarem cientes que a Ciência Contábil pode contribuir para a gestão ambiental no sentido de incrementar soluções para facilitar o planejamento estratégico em termos da implantação de políticas que visam o desenvolvimento sustentável e evidenciar a aplicação dos recursos aplicados de forma direta ou indireta ao meio ambiente e também no auxílio direto quanto aos incentivos que a empresa pode se beneficiar.

4.3 ESTUDO ESPECÍFICO SOBRE OS ENTREVISTADOS QUE CURSARAM A DISCIPLINA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL OU GESTÃO AMBIENTAL

Verificou-se que dos quarenta e dois contadores entrevistados, apenas dois cursaram disciplina de Contabilidade ou Gestão Ambiental. Sendo que os dois cursaram a graduação em contabilidade em instituição pública na Grande Florianópolis. Desta maneira, buscou-se verificar as instituições que oferecem alguma destas disciplinas na Grande Florianópolis. Qual a disciplina oferecida que aborda o tema Contabilidade ou Gestão Ambiental, o conteúdo e a carga horária da disciplina.

4.3.1 Instituições públicas que oferecem a disciplina de Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental

Quanto às instituições que oferecem a disciplina de Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental na Grande Florianópolis, analisaram-se apenas as instituições públicas, tendo como resultado a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina que oferece a disciplina como optativa sob a denominação de “Contabilidade e Responsabilidade Social”. Por ser optativa nem todos os graduandos cursam esta disciplina.

4.3.2 Disciplina oferecida em Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental

Verificou-se que a disciplina que trata das questões socioambientais, oferecida na UFSC tem a denominação de “Contabilidade e Responsabilidade Social - CCN5247”. Na referida disciplina estuda-se os conceitos de contabilidade ambiental, de responsabilidade social, de gestão estratégica, de gestão social e ambiental. Oferece ainda, o aprendizado sobre a medição de desempenho ambiental, o *benchmarking* ambiental nas empresas, o gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. Assim como, as fases de sensibilização, conscientização, capacitação e qualificação. Um novo método com integração da

contabilidade e controladoria. O *ecobusiness* e o sistema de gestão ambiental.

4.3.3 Conteúdo programático e carga horária

Buscou-se averiguar o conteúdo e carga horária da disciplina “Contabilidade e Responsabilidade Social - CCN5247” na UFSC Universidade Federal de Santa Catarina e obteve-se o seguinte conteúdo programático:

- a contabilidade ambiental. Conceitos. A educação ambiental nas instituições. Ativos e passivos ambientais. Receitas e despesas ambientais. A valorização do marketing ecológico.
- a responsabilidade social. A gestão estratégica, a gestão social e ambiental. Conceitos e formas de gestão. A gestão social. Funções do mecanismo de gestão social. Vetores de responsabilidade social. A gestão ambiental. Evolução histórica da educação ambiental no mundo. Evolução histórica da educação ambiental no Brasil. Processo de gestão ambiental.
- a medição de desempenho ambiental. Principais razões em sistema de medição de desempenho. Visão geral da atividade ambiental. Incentivo da prática de política ambiental
- o *benchmarking* ambiental nas empresas. Fatores que impulsionam a certificação. Fases do *benchmarking*. O ciclo de um produto na análise do *benchmarking* ambiental.
- o gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. Conceitos de aspectos e impactos ambientais. Breve histórico do GAIA. Integração dos grupos de trabalho.
- as fases de sensibilização, conscientização, capacitação e

qualificação. Sensibilização. Sustentabilidade do negócio. Estratégia ambiental. Comprometimento e sensibilização das partes interessadas. Conscientização. A cadeia de produção e consumo. O macro processo de produção e a identificação de entradas e saídas. Inventário de aspectos e impactos ambientais. Capacitação e qualificação. Planejamento com identificação. Oportunidades de melhoria. Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

- um novo método com integração da contabilidade e controladoria. Proposta de modelo de gestão. Análise de Planilha de benefícios e gastos ambientais. Plano resumido da gestão contábil-ambiental. O *ecobusiness* e o sistema de gestão ambiental. Critérios para um manual de vantagens competitivas.

A disciplina é oferecida na instituição como optativa e tem a carga horária de 72 horas aula.

5 CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Cada vez mais se tornam nítidas a escassez e a má utilização dos recursos naturais. Por isso a importância do fomento de métodos de gestão que restaurem, potencializem o uso e/ou preservem os recursos disponíveis para as gerações futuras. O objetivo geral deste trabalho é identificar o nível de conhecimento dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis sobre a Contabilidade Ambiental, para isso os contadores foram questionados sobre a percepção do conhecimento acerca das particularidades da Contabilidade Ambiental.

Para atender ao objetivo geral foram descritos os objetivos específicos. O primeiro: “delimitar o significado de terminologias específicas à Contabilidade Ambiental”. Após análise das informações levantadas pela pesquisa bibliográfica, pôde-se observar que a Contabilidade Ambiental difere de outras áreas

da Contabilidade, principalmente com relação às formas pelas quais as demonstrações contábeis são abordadas. Destacam-se as diferentes abordagens de ativo, passivo e gastos ambientais, o Balanço Social como instrumento informacional, entre outros conceitos desenvolvidos, como a integração com os Sistemas de Gestão Ambiental.

Para alcançar o segundo objetivo específico, qual seja: “identificar instrumentos de Gestão Ambiental que possam ser aliados a Contabilidade Ambiental”. A pesquisa trouxe o aporte teórico do certificado ISO 14000. Os relatórios EIA e RIMA, bem como, o relatório de sustentabilidade GRI, que é a prática de medir e divulgar através de um relatório os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas de uma organização. O relatório de sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. O processo de relato é voluntário, e as organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou optar por algum já conhecido e utilizado. Aborda ainda, o aproveitamento da imagem da empresa através do *marketing* e *benchmarking* ambiental. Entretanto, parte das entidades ainda não possuem nenhuma forma de divulgar sua relação com o meio ambiente. Isto se deve em muito a falta de profissionais qualificados para estabelecer esta ligação, sendo que tal necessidade poderá ser suprida por um contador.

O terceiro e último objetivo específico: “verificar as instituições que oferecem as instituições que oferecem a disciplinas, bem como conteúdos sobre Contabilidade e Gestão Ambiental”, verifica-se que é oferecida a disciplina optativa denominada “Contabilidade e Responsabilidade Social” apenas na UFSC Universidade Federal de Santa Catarina e são descritos o conteúdo programático e carga horária.

Os elementos, conceitos e instrumentos da Contabilidade Ambiental e Gestão Ambiental, trazidos pelo aporte teórico foram utilizados como base para a construção do instrumento de coleta de dados da pesquisa, que teve como intuito o atendimento à pergunta apresentada,

qual seja: qual o nível de conhecimento dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis sobre a Contabilidade Ambiental? Que ao final deste estudo, foi respondida satisfatoriamente.

Foi constatado que 71,64% dos profissionais contábeis da Grande Florianópolis pesquisados, ainda não têm um conhecimento satisfatório das informações que se deve ter sobre o tema. Verificou-se que 21,65% responderam conhecer regularmente o tema e apenas 6,71% responderam que possuem conhecimento suficiente e excelente sobre a Contabilidade Ambiental. Ao serem abordados sobre as peculiaridades da Contabilidade Ambiental, como Ativos, Passivos e Gastos Ambientais, a maior parte da amostra respondeu que seu conhecimento é insuficiente ou pouco suficiente.

Sobre a elaboração e publicação do Balanço Social, que abrange, também, as informações de cunho ambiental, o resultado se repetiu com a maioria das respostas para insuficiente e pouco suficiente. O mesmo repetiu-se quando questionados sobre Sistemas de Gestão Ambiental, investimentos na área ambiental e aproveitamento através do *marketing* ecológico. Quando perguntados sobre as questões emergentes da Contabilidade Ambiental, o percentual de contadores que não possuem conhecimento regular ou suficiente é ainda maior.

Sendo assim, pode-se concluir que os contadores da Grande Florianópolis não possuem um nível de conhecimento satisfatório sobre a Contabilidade Ambiental. Um dos agravantes deste cenário é a falta de informações, de leituras especializadas e a participação em eventos na área ambiental.

Todavia, a maioria dos profissionais contábeis pesquisados concorda e está ciente que a implantação de sistemas de gestão ambiental e o adequado registro contábil, podem contribuir para um melhor gerenciamento dos recursos aplicados, demonstrando a importância da participação da contabilidade ambiental na gestão das organizações.

Diante destes resultados é necessário que se

faça uma reflexão acerca da divulgação da Contabilidade Ambiental aos profissionais contábeis, seja através de artigos ou eventos que tenham este alcance. Os contadores precisam estar preparados para exercer a profissão e a Contabilidade Ambiental encontra-se em ascensão. Logo, há uma demanda crescente por profissionais qualificados no mercado, principalmente diante atual discussão sobre desenvolvimento sustentável. Corroborando este fato, Sá (2001) menciona que o contador precisa estar presente neste cenário, com a disposição e competências necessárias para cooperar com a preservação do planeta e prosperidade das sociedades. Deverá ser o agente capaz de disseminar a responsabilidade social na sua organização e nas empresas a quem presta serviços. É ele o detentor de informações ricas e privilegiadas, e capaz de influenciar positivamente as organizações e contribuir para a tomada de decisão.

Por fim, cabe salientar que se inclua os profissionais de Contabilidade nesse processo de sustentabilidade para que atendam à demanda por informações ambientais. Para que isto seja possível, a informação e o conhecimento sobre a Contabilidade Ambiental são condições básicas para o que o contador possa estar preparado para esta tarefa.

Como principais aspectos limitadores deste estudo tem-se a opinião dos entrevistados que respondem ao questionário segundo sua percepção do conhecimento sobre o tema. O que intrinsecamente introduz um fator subjetivo na avaliação. Não havendo preocupação, portanto, com a aplicação na prática de ordem gerencial ou contábil pelos contadores entrevistados. Encontra-se ainda, limitado a interpretação e opinião dos pesquisadores. No que se refere à amostra, no presente estudo existe a limitação da região onde é realizada a pesquisa, estando restrita aos municípios da Grande Florianópolis.

Para futuros estudos do tema abordado, sugere-se, ampliar-se o número de respondentes da pesquisa e utilizar-se da metodologia deste em outras regiões do país, para que se possam detectar as possíveis diferenças regionais no grau de conhecimento dos profissionais de

contabilidade. Outro possível estudo é realizar uma análise dos relatórios contábeis publicados para verificar o que está sendo registrado da contabilidade Ambiental. Sugere-se ainda, uma verificação junto aos gestores das empresas de como eles avaliam a contribuição da contabilidade para a Gestão Ambiental.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. **Contabilidade ambiental e relatórios sociais**. São Paulo (SP): Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, M.; PFITSCHER, Elisete Dahmer; GASPARETTO, Valdirente; LIMONGI, Bernadete. Balanço social: convergências e divergências entre os modelos do IBASE, GRI e INSTITUTO ETHOS. In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 1., 2007. Florianópolis. **Anais eletrônicos...** v. I. p. 25-29, 2007.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental**: evidencição dos gastos ambientais com transparência e focada na preservação. São Paulo: Atlas, 2009.

LOUREIRO, Wilson. ICMS Ecológico por biodiversidade. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56>>. Acesso em: 12 out. 2010.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **O tratamento contábil dos créditos de carbono**. Ribeirão Preto, 2005. 90 f. Tese (Livre docência)-

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, Ribeirão Preto, 2005.

_____. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROCHA, Marcelo Theoto. **Aquecimento global e o mercado de carbono**: uma aplicação do modelo Cert. Piracicaba, 2003. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 9. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UHLMANN, Vivian Osmari; ROSSATO, Marivane Vestena; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Conhecimento dos gestores públicos sobre o instrumento de política pública ICMS Ecológico nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. **Enfoque: Reflexão Contábil**. v. 29, n. 2, maio/ago. 2010.

UHLMANN, Vivian Osmari. **Tratamento contábil da geração de créditos de carbono**: uma abordagem prática. 2008. Monografia (Ciências Contábeis)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

Endereço dos Autores:

Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Catarina
Trindade
Florianópolis – SC – Brasil
88040-970